

Atendimento em Sala de Recursos Multifuncional por uma professora de Educação Física: um relato de experiências.

Teruya, M.C.M; Vieira, R.R

Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil.

Teruya, R.M.

Escola Estadual Professora Sueli Aparecida Figueira dos Santos, Ubatuba, São Paulo, Brasil.

O programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) do Ministério da Educação (MEC) ocorreu no ano de 2010, sob a gestão da então Secretária de Educação Especial Cláudia Pereira Dutra. O trabalho desenvolvido em SRM tem como objetivo principal garantir atendimento educacional especializado (AEE) em contra turno escolar a alunos regularmente matriculados na Educação Básica e cadastrados no Censo escolar anual MEC/INEP por serem portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o AEE deve estar institucionalizado no Projeto Político Pedagógico da escola de Ensino Regular e conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12 o profissional para atuar na SRM deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica (especialização *Lato Sensu*) em atendimento educacional especializado. Respeitando as resoluções nacionais e a ordem de atribuição de aulas do município em questão, a protagonista deste estudo, escolheu uma escola central de Ensino Fundamental I para desenvolver o trabalho na SRM. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivida por uma professora de Educação Física sob sua própria ótica e de alguns membros da comunidade escolar. O relato se deu por meio de entrevista semiestruturada com a professora ao término do ano letivo e foi complementado por entrevista semiestruturada com as professoras de sala regular dos alunos atendidos na SRM. Segundo transcrição do relato, a falta de clareza sobre o trabalho a ser desenvolvido nas salas de recursos, gerou um pré conceito sobre sua atuação. Por diversos momentos e por diferentes profissionais da escola, inclusive direção e coordenação pedagógica a professora foi questionada sobre sua formação e por consequência sua capacidade de executar o trabalho. De forma equivocada, se confunde o atendimento educacional especializado com o reforço escolar, e assim, a professora por vezes foi desacreditada por seus pares que a criticavam por não ser pedagoga. A partir de sua formação em Educação Física e sua especialização em AEE, a professora pode elaborar um plano de ação para cada um de seus alunos com dificuldade na aquisição da leitura e da escrita, onde o foco estava nos pré requisitos para o processo de alfabetização, que muitas vezes não eram explorados de forma adequada na sala regular para os alunos com deficiências e ou transtornos globais do desenvolvimento por fatores diversos. Seus atendimentos estiveram pautados na orientação espacial e temporal, no ritmo, na lateralidade, na coordenação viso-motora e na memória cinestésica. No decorrer do ano, o preconceito seguiu e por vezes, segundo relato da professora, ela foi motivo de piadas e comentários desagradáveis devido sua atuação e suas frequentes atividades fora da sala de aula e com pouca utilização de papéis. Ao final do ano, três alunos transpuseram a fase da escrita de pré silábica para silábica-alfabética e um aluno pré silábico ao início do ano tornou-se silábico. As professoras de sala regular dos alunos em questão avaliaram de forma positiva o trabalho da professora e entenderam a importância dos elementos corporais para o desenvolvimento integral dos alunos. Ressalta-se que este relato trata de uma situação pontual ocorrida em uma escola municipal, em uma região central em um município do Litoral Norte do Estado de São Paulo, embora remeta a um olhar errôneo do



senso comum acerca da Educação Física, seus profissionais, suas potencialidades e seu papel na formação integral dos alunos nos decorrer da Educação Básica.

e-mail: teruyamonica78@gmail.com